

CONIMBRIGA

VOLUME LVI • 2017

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

SÉRGIO GOMES

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património
sergioalexandregomes@gmail.com

A ARQUEOLOGIA COMO OFÍCIO DE MATERIALIZAÇÃO,
COMPREENSÃO E ACONTECIMENTO

ARCHAEOLOGY AS A CRAFT OF MATERIALIZATION,
UNDERSTANDING AND EVENT

“Conimbriga” LVI (2017) p. 5-40

https://doi.org/10.14195/1647-8657_56_1

RESUMO: Neste texto partimos da natureza epistemológica do registo arqueológico para dar ênfase à arqueologia enquanto prática de materialização da alteridade. Com este propósito, desenvolvemos uma leitura da prática arqueológica a partir de conceitos provenientes do pensamento crítico contemporâneo, designadamente: o Arquivo, a Compreensão e o Acontecimento. Tentamos demonstrar o processo arqueológico como uma prática de arquivo onde se constituem objetos de estudo que, enquanto objetos de compreensão, podem ser elementos das condições de Acontecimento, isto é, elementos que abalam as finalidades impostas ao conhecimento arqueológico e o abrem enquanto possibilidade de relação com a diferença.

PALAVRAS-CHAVE: Registo arqueológico; Arquivo; Compreensão; Acontecimento; Alteridade

ABSTRACT: This text focuses on the epistemological nature of the archaeological record aiming to drive our attention to archaeology as a practice of materialization of alterity. With such purpose, the archaeological process is discussed through concepts coming from

Conimbriga, 56 (2017) 5-40

the contemporary critical thought, particularly: Archive, Understanding and Event. In doing so, the archaeological process is conceived as an archive practice within which are created the objects of study. Such objects, as objects of understanding, can be elements participating on the conditions of Event. An event which may unfix the finality imposed to archaeological knowledge, opening it up as a possibility to engage with difference.

KEYWORDS: Archaeological record; Archive; Understanding; Event; Alterity

A ARQUEOLOGIA COMO OFÍCIO DE MATERIALIZAÇÃO, COMPREENSÃO E ACONTECIMENTO

Introdução

Neste texto pretendemos problematizar o modo como concebemos o registo arqueológico no estudo do Passado. A partir das sugestões de Michael Shanks e Randall H. McGuire (1996) acerca do que pode ser a arqueologia, do pensamento de Gavin Lucas (2001; 2012) sobre o processo arqueológico, das críticas que John Barrett (1997) dirige ao modelo de “arqueologia da representação”, da reflexão de Lesley McFadyen (2011) sobre a prática de registar, e a revisão crítica da “operação histórica” de que nos fala Michel de Certeau (1982 [1975]), é nosso objetivo discutir as possibilidades de sentido que podem emergir a partir do registo arqueológico. No sentido de fazer esta discussão, optamos por analisar o registo em função de três conceitos: Arquivo, Compreensão e Acontecimento. Assim, com o conceito de Arquivo, proposto por Michel Foucault (2005 [1969]) e Jacques Derrida (2001 [1995]), vamos problematizar o modo como a arqueologia se constitui uma prática de arquivo de onde emerge uma arte da memória e uma política do património (GUILLAUME 2003 [1980]). A par disto, a prática arqueológica é revisitada a partir do pensamento político de Hannah Arendt (2001 [1954]) e Eugénia Vilela (2011), para quem a Compreensão é um “ato de resistência” face a modelos hegemónicos de explicação e interpretação, com o qual se pode procurar a transformação das condições do Presente, sendo nessa possibilidade de transformação que reside a possibilidade e a força do Acontecimento. O conceito de Acontecimento permite-nos demonstrar que a prática arqueológica pode ser um ato de renovação das relações que temos com o Presente, o Passado e o Futuro. Nesse ato de renovação, joga-se com a possibilidade de refazer os procedimentos internos da disciplina, designadamente no que diz

respeito ao modo como concebemos o registo arqueológico, e lançar novos desafios *ao propósito de conhecer o passado*.

Relativamente à análise que é desenvolvida a partir dos autores acima referidos, ainda que obedeça a um esquema argumentativo que nos leva ao cruzamento de ideias e conduz a uma conclusão, a sua estrutura está mais próxima da glosa do que da síntese. Esta estruturação talvez seja uma manifestação do momento que vivemos em arqueologia. Na busca de “novos materialismos” (THOMAS 2015), vamos recebendo ímpetos provenientes de diferentes áreas do saber. Estas interpelações tanto nos provocam a euforia da descoberta como conseguem anestesiar a capacidade crítica, remetendo-nos, nos dois casos, para uma suspensão do pensamento sobre o nosso objeto de estudo em arqueologia. A suspensão por si é uma força de resistência e como tal deve ser cultivada. Porém, a suspensão que se forma na euforia ou na anestesia pode deixar de ser uma resistência e tornar-se num estado de entorpecimento, onde se mutila o sentido. Este texto foi escrito na tentativa de resistir a essa mutilação, agarrando-se e glosando com ideias para criar linhas de força que nos permitam compreender e comprometer na diversidade de caminhos da arqueologia de hoje.

As evidências, o registo e o testemunho material

Este artigo é sobre a natureza do registo arqueológico enquanto suporte do conhecimento do Passado. Neste sentido, começemos por discutir o seu estatuto epistemológico e compreender os modos como fazemos o seu *uso*. O texto “Is there an archaeological record?” da filósofa Linda Patrick (1985) permite cartografar, num primeiro momento, o tema em análise e conduzir-nos-á, como veremos, para o leque de questões que pretendemos desenvolver. Neste texto encontramos uma análise da questão em meados dos anos oitenta, na qual podemos encontrar quatro “considerações”, que passamos a apresentar:

- A primeira consideração diz respeito à composição e significado do que entendemos por registo arqueológico. A partir de uma leitura que a autora faz do trabalho de diferentes arqueólogos, acaba por reconhecer que a expressão “registo arqueológico” comporta cinco significados diferentes: 1) um “cenário” constituído por evidências abandonadas da ação humana sobre o qual se desenvolvem processos de estratificação; 2) o produto dos

processos de estratificação sobre o “cenário” referido no ponto anterior; 3) os vestígios materiais que testemunham a ação humana (as coleções de artefactos, por exemplo); 4) a amostra de uma realidade para a qual não se conhecem os limites (a área escavada e os conjuntos artefactuais aí exumados, por exemplo); 5) os relatórios, as publicações, os registos descritivos, fotográficos, gráficos... que compõem o arquivo de uma intervenção arqueológica. No fundo, é de um conjunto de significados que, podendo não gerar consenso na comunidade de arqueólogos, permite um diálogo entre diferentes perspetivas e o desenvolvimento de diferentes modelos do que é o registo arqueológico; um diálogo a partir do qual se mantém a unidade da disciplina (*ibid.*: 28-32).

- Considerando os cinco significados, a autora reconhece que as evidências do Passado são entendidas pelos arqueólogos enquanto um registo da atividade humana, isto é, na sua globalidade, tais vestígios são entendidos como um registo, cujo estudo permite edificar um conhecimento sobre o Passado. Tal reconhecimento, permite-lhe uma segunda consideração na qual traça uma distinção entre dois modelos de registo arqueológico: o modelo físico, ou fóssil, e o modelo textual. Nesta distinção, a autora reconhece que a corrente processual desenvolve a sua pesquisa a partir do modelo fóssil e a corrente pós-processual a partir do modelo textual. A corrente processual concebe o registo arqueológico enquanto suporte a partir do qual é possível inferir leis universais do comportamento humano. O pós-processualismo, centrando-se na diversidade cultural e na criatividade individual, desloca o sentido da inferência para a procura de explicações contextuais, concebendo o registo enquanto um texto a ser decifrado. Assim, o registo arqueológico enquanto fóssil é um objeto de estudo a partir do qual se constroem modelos de processos materiais, nomeadamente de adaptação, que explicam o Passado. Por sua vez, o registo arqueológico enquanto texto é um objeto onde as evidências materiais são entendidas enquanto símbolos, a partir dos quais se pretende estabelecer sistemas de ideias e crenças e explicar a diversidade da sua manipulação (*ibid.*: 33-54).
- A terceira consideração prende-se ao modo como se pode, ou não, construir uma ponte entre estes dois modelos. Para dar res-

posta a esta síntese, a autora começa por advertir que cada um comporta diferenças epistemologicamente incompatíveis, implicando uma síntese criativa. O seu ponto de partida é o facto de cada um dizer respeito a diferentes níveis das evidências arqueológicas. Nesta clivagem, podemos conceber um jogo articulado entre a heurística e a hermenêutica de cada um dos modelos e, nessa articulação, ir criando pontos que possibilitam um conhecimento do Passado construído com contribuições dos inquiridos que se fazem ao registo arqueológico enquanto fóssil e texto (*ibid.*: 54-56)¹.

- Por último, a quarta consideração diz respeito ao título que a autora escolheu para o seu artigo, com o qual nos interpela acerca da existência do registo arqueológico. Começa por regressar aos significados que anteriormente reconheceu no modo como os arqueólogos entendem o registo arqueológico, dividindo-as em dois grupos: um que se define por se referir às “evidências materiais”; e outro que congrega o “registo”. Relativamente ao primeiro grupo questiona-se se tais evidências formam, por si, algum tipo de registo, considerando que talvez seja possível construir um modelo para tal realidade que exceda a natureza de registo de atividade que os arqueólogos lhe reconhecem e a partir do qual desenvolvem os dois modelos de registo arqueológico. À pergunta “existe um registo arqueológico”, a resposta final é, então, talvez não, porque as evidências talvez não formem qualquer tipo de registo da atividade humana (*ibid.*: 56-57).

Este repto da filósofa Linda Patrick foi desenvolvido por diferentes arqueólogos. John Barrett (1986, 1997, 2006), por exemplo, defende que a conceção das evidências materiais do Passado como registo de ações pretéritas promove o desenvolvimento de um modelo representacionista que destrói parte das possibilidades de se fazer a sua experiência. Para este arqueólogo, as evidências são elementos materiais das condições de ação das comunidades do passado, que podem ser experienciadas enquanto suporte material de um exercício de definição

¹ Acerca deste tópico é de referir o trabalho de Jorge Alarcão (1996), a reação da comunidade de arqueólogos portugueses à sua proposta de reconciliação das diferentes correntes arqueológicas (JORGE e ALARCÃO 1997) e a síntese que o autor faz a partir de algumas das reações (ALARCÃO 1993/94).

de um quadro de limites e possibilidades de uma determinada comunidade. Ou seja, propõe que o registo não seja problematizado como uma consequência da ação, mas enquanto suporte para se pesquisar as condições materiais dos agentes (uma condição da ação). Julian Thomas (2004: 202-222), por sua vez, numa genealogia acerca das relações entre a Modernidade e a arqueologia, salienta que o peso da ideia das evidências serem concebidas como registo se encontra associada a um conjunto de dicotomias que configuram o pensamento da Modernidade, nomeadamente a dicotomia mente/matéria. Esta dicotomia suporta uma visão das evidências enquanto manifestações materiais dos projetos da mente, correspondendo a uma objetivação da mente. Nesta ordem de ideias, as evidências são, na sua natureza, um registo de um pensamento anterior. Em contrapartida a este modelo, J. Thomas propõe que se conceba as evidências enquanto produto/condição da materialidade de um mundo. Enquanto tal, tais evidências não podem ser estudadas num processo linear de causa-efeito, mas enquanto elemento que circula num horizonte de sentido em constante atualização. Assim, resgata as evidências de uma ontologia substancialista (na qual tinham um estatuto de registo) e propõe que sejam entendidas enquanto elementos de um diálogo entre as revelações do nosso horizonte de sentido e um horizonte de sentido que pretendemos conhecer. Em alternativa às metáforas fósil e textual que L. Patrick reconhece na prática arqueológica, Felipe Criado Boado (1993; 1995) apresenta uma proposta que parte das condições de visibilidade do registo arqueológico para aceder a uma determinada realidade social. Tais condições emergem num cruzamento de tempos: o tempo de uma realidade social pré-existente; o tempo de processos físico-tafonómicos; o tempo da leitura contemporânea realizada pela prática arqueológica. Entre estes tempos, emerge a possibilidade de um diálogo entre dois tipos de subjetividade: a do Passado e a do Presente que, nesse diálogo, atualizam a sua diferença. Neste diálogo, os arqueólogos devem tentar colocar-se fora do discurso que produzem sobre essa diferença, procurando cartografar o modo como tal diferença se produz. Neste ato de compreensão, o objetivo é fazer emergir um terceiro modo de subjetividade desajustado do tempo da leitura contemporânea do registo, com a qual se possa encontrar outros meios de interpelar o diálogo entre o Passado e o Presente e, assim, recriar as estratégias de produção da diferença.

As reações ao modo como L. Patrick concebe a prática arqueológica enunciada no parágrafo anterior encerram diferentes modos de

negociação com os limites e as possibilidades que as metáforas fóssil e textual encerram. Para além dessas propostas, gostaríamos de chamar a atenção para o modo como Gavin Lucas (2001; 2012) discute as delimitações do binómio “evidências materiais/registo” estabelecido pela filósofa para fazer a sua pergunta final. O autor começa por conceber a arqueologia enquanto um estudo do passado assente numa dinâmica de materialização que produz registo arqueológico (LUCAS 2001). Esta materialização tanto se dá no processo de escavação, pelo qual se colocam à vista os vestígios de uma estrutura, por exemplo; como no processo de registo dessa realidade em diferentes suportes materiais (a fotografia, o desenho ou uma descrição textual inscrita numa ficha de descrição). Tratando-se a arqueologia de uma prática de materialização, o registo arqueológico é, assim, um conjunto articulado de fragmentos cerâmicos, estruturas pétreas, amostras de sedimento, desenhos de estruturas, relatórios... cujo grau de mobilidade pode variar consoante o seu suporte. Assim, um relatório de uma intervenção é uma materialização, ou uma evidência material, que circula mais facilmente do que uma coleção de artefactos ou uma estrutura pétreia. Independentemente do seu grau de mobilidade, todos estes elementos compõem as evidências que a comunidade arqueológica partilha na produção do conhecimento sobre o Passado. Porém, quanto menores são os constrangimentos de mobilidade, maiores são as possibilidades de determinados elementos se constituírem “objetos de estudo” efetivamente partilhados por uma comunidade científica ampla (LUCAS 2012: 244-257). De qualquer modo, em todos os casos estamos sempre face a um conjunto de evidências materiais e não de um registo de evidências materiais, sendo necessário compreender as suas condições de produção para prosseguir no estudo do Passado. A progressão desse estudo é possível porque nesta prática de materialização, as evidências materiais comportam a iterabilidade exigida aos exercícios de revisão e comparação inerentes ao processo de conhecimento (LUCAS 2001: 211-214).

No pensamento de G. Lucas, a constituição do objeto de estudo do Passado é assumida enquanto um entrelaçamento das condições materiais do Presente com as condições materiais do Passado. Neste entrelaçamento, o registo arqueológico converte-se em objeto de estudo do Passado, isto é, objeto partilhado por uma comunidade científica e estudado mediante um conjunto de regras e desvios. Tal perspetiva é diferente daquela que L. Patrick reconhece na comunidade científica em meados da década de 80. De acordo com a sua perspetiva, processuais e

pós-processuais constituíam o seu objeto de estudo a partir do binómio evidências/registo, formando-se diferentes correntes que desenvolviam distintos modelos de registo, sem existir uma discussão acerca do estatuto epistemológico das evidências. Com efeito, tais evidências eram concebidas como qualquer coisa de pré-existente, que encerravam um registo a descodificar em modelos comportamentais ou linguísticos. A discussão epistemológica da comunidade científica estava focada em torno dos modos de desenvolvimento e validação da descodificação desse registo do Passado e não existia, como salienta L. Patrick, uma discussão centrada no estatuto epistemológico das evidências a partir das quais se estabelecem os modelos comportamental e simbólico. No modo como G. Lucas (2012) concebe o registo arqueológico, esta discussão é colocada em termos ontológicos. O objeto de estudo dos arqueólogos não é uma evidência que pré-existe à prática arqueológica. Porém, também não nega a anterioridade da sua existência relativamente a essa prática. Em contrapartida, quando tais evidências se tornam existentes para a prática arqueológica, isto é, quando se constituem objetos de estudo, são produto dos processos de materialização da prática arqueológica e da iterabilidade que aí se constrói nas evidências que compõem o registo arqueológico. Partindo desta ontologia, o objeto de estudo em arqueologia emerge do cruzamento de múltiplos modos de materialização que, partindo da *existência* do Passado, o fazem *existente*.

O registo arqueológico é, então, o produto do trabalho de traduzir *o mundo* num objeto de estudo. A experiência do mundo é dirigida no sentido de circunscrever evidências para o estudo do Passado. Um estudo que tanto se faz nessa prática de circunscrição como noutras práticas que tais circunscrições permitem desenvolver. G. Lucas, parece, deste modo, seguir de perto o pensamento do filósofo Martin Heidegger acerca da relação entre temporalidade e historicidade:

Como o ser da presença é histórico, ou seja, com base na temporalidade ekstática e horizontal, já está aberto em seu vigor de ter sido, tem caminho livre a tematização do “passado” em geral, que pode cumprir-se na existência. E porque a presença e somente ela é originariamente histórica, aquilo que a tematização historiográfica apresenta como objecto possível de pesquisa deve ter o modo de ser da presença que vigora por ter sido presença. Com a presença fática, na condição de ser-no-mundo, também já se dá uma história do mundo. Se a presença não mais for presente, en-

tão o mundo ainda vigora por ter sido presença. Isto não é negado quando um manual intramundano de uma época anterior ainda não passou e pode ser encontrado “historiograficamente”, no presente, como algo de um mundo que vigora por ter sido presença (HEIDEGGER 2006 [1926]: 486-487).

A arqueologia pode ser entendida enquanto modo de temporalização, ou seja, enquanto modo de atualização da condição de temporalidade de ser-no-mundo. Enquanto tal, a arqueologia é uma prática de ativação de historicidades: a historicidade dos arqueólogos e a historicidade de uma presença do Passado. O diálogo entre estas historicidades torna-se possível porque *o Passado é revelado historiograficamente no Presente*. O Passado é historiograficamente traduzido numa presença: o registo arqueológico. O Passado torna-se presente no conjunto das evidências materiais que constituem o registo arqueológico. Nesse conjunto, G. Lucas não opõe evidências a registo, do mesmo modo que não considera que as evidências são o registo do passado. Em contrapartida, considera que tais evidências são o produto de técnicas de materialização do Presente e que, nessa intervenção, os registos que se produzem são evidências que concorrem na constituição do objeto de estudo. A intervenção arqueológica parece ser, então, uma experiência da condição temporal do ser-no-mundo, na qual *o registo arqueológico é um manual intramundano*. Enquanto tal, o registo arqueológico é um *testemunho material*, com o qual se ensaia a construção de uma rede de condições, que nos permite problematizar os limites e as possibilidades da ação no Passado (BARRETT 1997; 2006; THOMAS 2004) e os limites e as possibilidades dos arqueólogos na produção da sua diferença (LUCAS 2001; 2012; CRIADO BOADO 1993; 1995).

O registo arqueológico e o arquivo

No sentido de prosseguir a compreensão do registo arqueológico, G. Lucas (2012), à semelhança de L. Patrick, procura sistematizar o significado que tal expressão pode adquirir na comunidade arqueológica. Neste exercício reconhece um conjunto de três significados (*ibid.*: 9-14):

- O registo arqueológico é equivalente ao que, convencionalmente, chamamos “cultura material”, englobando todos os testemu-

nhos que tal convenção pode comportar. Correspondendo, deste modo, ao primeiro significado reconhecido por L. Patrick.

- O registo arqueológico é o conjunto de vestígios materiais e dos seus contextos de deposição. Ou seja, é decorrente dos processos de formação de resíduos da atividade humana e da sua articulação com processos de formação de depósitos. Este segundo significado de G. Lucas contempla o segundo e o terceiro significados de L. Patrick.
- O registo arqueológico é uma construção resultante de uma intervenção mediada por um inquérito, conduzida metodologicamente e aferida num quadro epistemológico. Neste terceiro significado inserem-se o quarto e quinto significados de L. Patrick.

Esta divisão tripartida dos significados da expressão registo arqueológico permite que G. Lucas reforce a sua proposta de conceber a arqueologia como uma prática de materialização. Se no primeiro significado há uma alusão a uma totalidade a que os arqueólogos pretendem aceder, o segundo significado adverte para o facto dessa totalidade não existir, mas apenas o seu resíduo. Deste modo, cria-se, então, a sombra de uma *ausência* que confere ao registo uma dimensão de incompletude. Esta dimensão é reforçada pelo terceiro significado, que alerta para o facto de trabalharmos sempre com amostragens do resíduo. Face a esta incompletude, o autor salienta que a arqueologia, enquanto prática de materialização, é um processo que nunca está completo, sendo animado pelas expectativas e precariedade do Presente². Tal é possível porque, afinal, o que se encontra em jogo é a incompletude do próprio Presente. E, nessa condição, a incompletude é incorporada enquanto parte integrante do processo arqueológico, sendo uma força para descobrir novos modos de materialização. No caso dos estudos que partem do primeiro significado, é um ensaio sobre os modos pelos quais uma dada evidência se tornou parte integrante da materialidade de um mundo. No âmbito da formação de resíduos e depósitos, pretende-se de saber os modos pelos quais tais evidências se transformaram em vestígios. No

² Tal incompletude é “experimentada” por Vítor Oliveira Jorge (2003) como inquietude, isto é, “um ruído inesperado, ou uma leve tremura das coisas” que, interrompendo a atenção, abre a possibilidade para que o “passado possa esgueirar-se até nós” (ibid.: 8).

caso do registo arqueológico entendido como o produto de uma intervenção, trata-se de compreender os processos de (re)materialização que lhe estão subjacentes (*ibid.*: 14-17). O registo de arqueológico é, deste modo, um conjunto de evidências articulado entre processos de (re)materialização e (des)materialização, no qual o Passado é dado a ver sob as condições materiais do Presente.

O modo como G. Lucas concebe a arqueologia invoca em múltiplos aspetos as ideias de Michael Shanks e Randall H. McGuire (1996) em “The Craft of Archaeology”. Ao ensaiarem uma analogia entre a arqueologia e o “ofício”, os autores chamam a atenção para o modo como o movimento “Arts and Crafts” de finais do século XIX recom põe a unidade entre ação e pensamento, teoria e prática, pensamento ético e design, arte e sociedade... fazendo do ofício uma prática feita nas tensões entre a apreensão, a ação, a reflexão e o projeto, nas quais são ligadas as diferentes esferas da vida em sociedade (o conhecimento e a política, a técnica e a ética, por exemplo). Na condição de ofício, a arqueologia pode ser, simultaneamente, uma ciência e uma área da humanidade. Enquanto tal, o sentido da aferição da sua metodologia e epistemologia não se faz apenas num quadro interno da disciplina e da comunidade científica, mas na sua relação com outras comunidades e nos desafios que tal relação comporta³. Nestes desafios, a arqueologia refaz-se enquanto prática discursiva permitindo a emergência de novas formas de retórica, isto é, o modelo hegemónico da explicação lógica

³ Este quadro social de validação epistemológica pode ser inserido no paradigma do “conhecimento prudente para uma vida decente” de Boaventura Sousa Santos (2001 [1987]). Ao traçar as linhas mestras deste “paradigma emergente”, B. S. Santos reconstrói as fronteiras entre conhecimento científico e senso comum. Assim, a um senso comum que tem a forma de um conhecimento estratificado em experiências e ideologias e sem dinâmica reflexiva, contrapõe um senso comum delineado num exercício de diálogo com outras formas de conhecimento, visando a socialização e participação na construção do sentido e orientações do conhecimento científico. A propósito do uso do pensamento deste sociólogo pela comunidade de arqueólogos, é de referir, a título de exemplo, os trabalhos de: Susana Soares Lopes, onde a reflexividade e o pluralismo metodológico são propostos como atitudes a adotar em arqueologia (JORGE 1994); Vítor Oliveira Jorge (2000), no qual se discute a possibilidade da arqueologia quebrar o quadro celebrativo em que é usada para se tornar uma forma inquietante de produzir conhecimento; e António Carlos Valera (2007) que, de um modo mais sistemático do que os anteriores, usa o pensamento de Boaventura Sousa Santos para o seu quadro epistemológico de referência.

do discurso científico é desafiado no diálogo com retóricas provenientes de outros modo de materialização. Nesta multiplicação de retóricas, cujo ponto de partida é uma experiência sensorial das evidências, os autores vêem a possibilidade de criar o diálogo com outras comunidades e uma oportunidade de refazer o diálogo entre arqueólogos de diferentes formações e perspectivas, no qual pode ser construída uma unidade disciplinar assente em diferenças e conflitos. É um diálogo que coloca face a face diferentes práticas de materialização. Um diálogo em que o registo arqueológico, em vez de ser gerido por um *ato de limpeza* em direção a um momento original acontecido no Passado (prometido por uma epistemologia purificadora), é uma prática inclusiva de *cuidado para com a sujidade inerente ao processo de conhecer com os outros*. Neste cuidado para com o registo (re)criam-se as condições para transformar a compreensão dos modos pelos quais nos relacionamos com o Passado e acedemos à sua diferença⁴.

A arqueologia enquanto ofício é, deste modo, uma *praxis* em que se modelam as evidências materiais do passado e se procuram novos modos de materialização. Porém, como já vimos, as evidências não são uma construção inteiramente do Presente, nem conformam qualquer unidade de natureza inequívoca anterior à intervenção dos arqueólogos (LUCAS 2012: 231). Isto é, no decurso da intervenção arqueológica vão sendo criadas tensões entre os diferentes elementos que compõem a “economia arqueológica” (*ibidem*). Nesta economia interagem as questões e os objetivos de estudo, as técnicas de observação e análise, os meios/estratégias de escavação e registo, os depósitos, os resíduos, as estruturas, os artefactos, os arqueólogos (e as suas ideias, perspectivas e expectativas)... sendo nesta interação que se desenvolve o processo arqueológico. A tudo aquilo que é produzido neste processo, G. Lucas chama “arquivo” (*ibidem*). Tal arquivo é, no fundo, uma congregação dos produtos de materialização que, pela sua mobilidade, podem circu-

⁴ As interrogações acerca do acesso à diferença do Passado e da sua expressão em termos de discurso são frequentemente referidas, em Portugal, por Susana Soares Lopes que, problematizando o pensamento de Michael Shanks (1992), salienta dois aspetos que compõem este nó de interrogações: a necessidade de exercitar um pensamento topográfico que teça múltiplas perspectivas sobre o registo arqueológico e, assim, multiplique as alternativas de sentido (JORGE 1994: 498); o acesso ao Passado faz-se numa arena de saber/poder que é necessário compreender e usar enquanto ação política (JORGE 1995; 1998a; 1998b; 2001).

lar entre as comunidades com interesse no Passado. O arquivo é, assim, o objeto de estudo partilhado pela(s) comunidade(s).

Neste arquivo encontram-se reunidos os cadernos de campo, as coleções de artefactos, amostras de sedimento, os registos gráficos e fotográficos, os relatórios, os artigos.... Assim, constituindo-se nesta multiplicidade, o arquivo é o “objeto de estudo” a partir do qual se pode produzir um conhecimento do Passado. Este arquivo pode reclamar este estatuto de objeto de estudo porque tem uma relação com os sítios arqueológicos. Porém, a sua formação faz-se num processo de tradução entre o “sítio arqueológico” e um “projeto da sua cópia” (*ibid.*: 237-239). Ou seja, não corresponde a uma cópia do sítio, mas a um produto que decorre da dialética entre distintos processos de materialização (escavação, registo, contentorização...) que, frequentemente, apresentam direções opostas. Por exemplo, no decurso da escavação, a (re)materialização de uma estrutura tanto pode ser feita considerando a definição da sua extensão, como se pode proceder à sua desmontagem parcial para garantir o registo da sua técnica construtiva ou das suas relações estratigráficas. Cada um dos casos produz, pela (re)materialização, diferentes evidências materiais, cuja morfologia e inteligibilidade vão condicionar, num primeiro momento, a progressão dos trabalhos de escavação e, posteriormente, a consulta e o estudo do arquivo. Neste processo de consulta e estudo, o arquivo torna-se no lugar onde se (re) define a ordem do registo arqueológico; onde se refaz continuamente o objeto de estudo do Passado.

Arquivo e Acontecimento

Na secção anterior terminamos com o conceito de arquivo de G. Lucas (2012: 237-239). Tal arquivo é o produto do cruzamento de diferentes processos de materialização e iterabilidade onde se pode reconhecer dois pólos: o sítio e o projeto da sua cópia. O Arquivo, sendo um produto das solicitações desses dois pólos pode, então, ser usado como objeto de estudo e no uso que lhe é dado é possível mexer na ordem do registo arqueológico. Nesta secção, tentaremos desenvolver o conceito de arquivo no sentido de contribuir para esta ideia de G. Lucas.

Michel Foucault (2005 [1969]), em *A Arqueologia do Saber*, e Jacques Derrida (2001 [1995]), em *Mal de Arquivo. Uma Impressão Freudiana*, falam-nos de um arquivo, ou de uma noção de arquivo, que

parece tratar-se do lugar da constituição do *mundo*, da sua lei e da sua ordem. Começemos com um excerto de M. Foucault sobre o arquivo:

O arquivo é antes de mais a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. (...) O arquivo não é o que salvaguarda, apesar da sua fuga imediata, o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, o seu estado civil de evadido; é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento, e no corpo em que ele se dá, define desde o primeiro momento *o sistema da sua enunciabilidade*. O arquivo não é tão-pouco o que recolhe a poeira dos enunciados de novo tornados inertes e permite o milagre da sua ressurreição; é o que define o modo de actualidade do enunciado-coisa; é *o sistema do seu funcionamento*. Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito nesse grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia *os* discursos na sua existência múltipla e os especifica na sua duração própria (Foucault 2005 [1969]: 174-175).

O arquivo permite, então, que o mundo *apareça*, isto é, tornar-se dizível e visível. A experiência de construção de uma habitabilidade que define o funcionamento da experiência do mundo. Assim, o arquivo talvez seja, simultaneamente, um diagrama e um estrato, ou um saber e um poder (DELEUZE 2005 [1986]). Seria diagrama por se tratar, fundamentalmente, de estratégia (ou conjunto articulado de estratégias de poder) que impele às práticas onde irrompem os enunciados. Seria estrato porque em tais práticas são produzidos saberes, são práticas desdobradas em *camadas sedimentares* que se estratificam enquanto formações discursivas *alinhadas* no arquivo. Um *alinhamento* que o arquivo, enquanto diagrama, vai operando *na diferenciação dos discursos e na especificação da sua duração*. Um alinhamento que não é do “grande livro mítico da história” (FOUCAULT *ibid.*: 173), mas “*o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*” (*ibid.*: 175). O arquivo é origem e lei.

O arquivo, como adverte M. Foucault, não se trata de uma “biblioteca sem tempo nem lugar de todas as bibliotecas” (*ibidem*), não reside fora de todas as bibliotecas. Existe *aí*, apresenta uma topologia. Este aspeto topológico do arquivo é enfatizado por J. Derrida, nomeadamente, a propósito da palavra arquivo e da sua ligação com *Arkhê*:

Arkhê, lembremos, designa ao mesmo tempo *começo* e *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, *ali onde as coisas começam* – princípio físico, histórico, ontológico –, mas também o princípio da lei *ali onde os homens e os deuses comandam, ali onde se exerce a autoridade, a ordem social, nesse lugar* a partir do qual a ordem é dada – princípio nomológico (Derrida 2001 [1995]: 12).

Tanto como princípio físico, histórico e ontológico e como princípio nomológico, o arquivo de J. Derrida requer um *ali onde*. Um *ali onde* as coisas apresentam o seu *começo* e um *ali onde* se exerce o *comando*. Um *ali onde* da ordem das coisas e das constelações das suas transformações. A casa da “formação e da transformação dos enunciados”, uma casa onde “entre a tradição e o esquecimento [se] faz aparecer as regras de uma prática que permite aos enunciados, ao mesmo tempo, subsistirem e modificarem-se regularmente” (FOUCAULT *ibid.*: 175). Esta domiciliação do arquivo prende-se também, no texto de J. Derrida, com a sua ligação ao *arkheion* grego, a casa dos arcontes:

“Levada em conta sua autoridade publicamente reconhecida, era em seu lar, nesse *lugar* que era a casa deles (casa particular, casa de família ou casa funcional) que se depositavam então os documentos oficiais. Os arcontes foram os seus primeiros guardiões. Não eram responsáveis apenas pela segurança física do depósito e do suporte. Cabiam-lhes também o direito e a competência hermenêuticos. Tinham o poder de interpretar os arquivos. Depositados sob a guarda desses *arcontes*, estes documentos diziam, de fato, a lei: eles evocavam a lei e convocavam a lei. Para serem assim guardados, na jurisdição desse dizer a lei eram necessários ao mesmo tempo um guardião e uma localização” (DERRIDA *ibid.*: 12-13).

Uma casa da lei; um suporte e uma hermenêutica da lei. Uma casa acolhendo, enquanto suporte, o ordenamento das coisas e operacionalizando, enquanto hermenêutica, a sua finalidade. *Casa particular, casa de família ou casa funcional*, o arquivo instala-se neste lugar: a Casa. Uma casa que, como salienta o antropólogo Tim Ingold (2002 [2000]), é um organismo vivo, ou seja, está permanentemente a refazer a sua delimitação pelo cruzamento dos percursos dos seus habitantes humanos

e não humanos, funcionando como ponto de reunião entre estes participantes. A casa, neste sentido, é um ponto de reunião em que são traçadas as relações entre os participantes, sendo nessas relações que são recombinações os metabolismos que fazem da casa uma parte integrante de um *sistema ecológico*. Na sua relação com o sistema ecológico, a casa reconstrói continuamente a sua habitabilidade, permitindo que *ai* afluam novos participantes. A casa parece, assim, tratar-se de um *ali onde* os elementos do mundo se reúnem para, traçando relações entre eles, organizarem a vida que se forja nessa reunião. Esta congregação da casa pode ser entendida como correlativa do *princípio de consignação* que J. Derrida reconhece no arquivo:

“[A] função arcôntica não é somente topo-nomológica. Não requer somente que o arquivo seja depositado em algum lugar sobre um suporte estável e à disposição de uma autoridade hermenêutica legítima. É preciso que o poder arcôntico, que concentra também as funções de unificação, identificação, classificação caminhe junto ao que chamaremos o poder de *consignação*. Por *consignação* não entendemos apenas, no sentido corrente desta palavra, o fato de designar uma residência ou confiar, pondo em reserva, em um lugar e sobre um suporte, mas o ato de *consignar reunindo os signos*. Não é apenas a *consignatio* tradicional, a saber, a prova escrita, mas aquilo que toda e qualquer *consignatio* supõe de entrada. A *consignação* tende a coordenar um único *corpus* em um sistema ou uma sincronia na qual todos os elementos articulam a unidade de uma configuração ideal. Num arquivo, não deve haver dissociação absoluta, heterogeneidade ou *segredo* que viesse a separar (*secernere*), compartimentar de modo absoluto. O princípio arcôntico do arquivo é também um princípio de consignação, isto é, de reunião” (DERRIDA *ibid.*: 13-14).

Pelo *princípio de consignação*, o arquivo é um *ali onde* convergem as coisas. Uma convergência que constrói um horizonte de sentido. A casa, enquanto lugar de reunião, é um lugar onde se condiciona, ou recria, a vida dos metabolismos no mundo. Tal condicionamento, que se faz traçando as relações entre os habitantes da casa, pode ser compreendido como o constante *consignar reunindo os signos* de que nos fala J. Derrida. Uma consignação que se multiplica nos suportes e nas hermenêuticas que a autoridade dos arcontes faz produzir e conservar. Uma consignação que, acolhida na casa, é uma prática participan-

te na moldagem do sistema ecológico; na moldagem da vida. Assim, estas práticas fazem do arquivo o *ali onde* da origem e comando das intersecções entre a vida e o horizonte de sentido. O *ali onde* da *arkhê* no sentido físico, histórico, ontológico e nomológico. O arquivo, sendo *a lei do que pode ser dito*, parece ser também *a lei do que pode ser vivido*.

A arquivo é o *ali onde* das intersecções que fazem com que “tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milénios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, ao nível das performances verbais, daquilo que pôde desenrolar-se na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas com que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que são características próprias do nível discursivo; com que nasçam, em vez de serem figuras adventícias e como que enxertados um pouco ao acaso em processos mudos, segundo regularidades específicas; com que, em suma, se há coisas ditas - e só elas -, não devamos perguntar a razão imediata de assim ser às coisas que nelas se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade, às possibilidades e às impossibilidades enunciativas que esse sistema estabelece (FOUCAULT *ibid.*: 174).

É o *ali onde* do encontro entre *a lei* do pensamento, o jogo das circunstâncias, a ordem do espírito e a ordem das coisas. Um encontro onde nasce o pensamento, o jogo das circunstâncias e a ordem do espírito e das coisas. Este encontro, e as intersecções de que é feito, faz do arquivo não um repositório dos documentos do que aconteceu, ou dos documentos que pretendem regular o que pode vir a acontecer, mas um lugar onde, na linha traçada entre os limites e as possibilidades do pensamento, se gera a possibilidade de um aleatório que pode vir a refazer esse traço de limite. O refazer desse traço é o Acontecimento, cuja força desalinha as séries e aviva os desvios. Nesta condição, o arquivo é um lugar onde se jogam as possibilidades de fazer acontecer. Abre-se uma fenda na casa que refaz as ligações do sistema ecológico. O arquivo, sendo *a lei do que pode ser dito*, sendo *a lei do que pode ser vivido*, parece ser também *a lei do que pode acontecer*.

O condicionamento *do que pode acontecer* é relevante para o es-

tudo do Passado em arqueologia, na medida em que o seu propósito é fazer acontecer as evidências materiais; é fazer acontecer o Passado através de práticas de materialização. Com efeito, a lei e a ordem do Arquivo, interferindo no que *pode ser dito* e no que *pode ser vivido*, interferem nas questões que se colocam ao Passado, ou seja, interferem no que *pode ser dito* do Passado. Por conseguinte, condicionam os Acontecimentos do Passado. A este propósito, J. Derrida escreve o seguinte:

“Exterioridade de um lugar, operação topográfica de uma técnica de consignação, constituição de uma instância e de um *lugar de autoridade* (o arconte, o *arhkeion*, isto é, frequentemente o Estado e até mesmo um Estado patriárquico ou fatriárquico), tal seria a condição do arquivo. Isto não se efetua nunca através de um ato de anamnese intuitiva que ressuscitaria, viva, inocente ou neutra, a originalidade de um acontecimento” (Derrida *ibid.*: 8).

A anamnese domiciliada no arquivo pode ser considerada *a lei da memória que pode acontecer*; uma memória forjada na intersecção da *lei do que pode ser dito*, na *lei do que pode ser vivido* e na *lei do que pode acontecer*. Uma memória que, na prática de consignação dos *arcontes*, é reunida e significada em forma de documentos e monumentos com os quais *se diz* o passado, a história e o património; com os quais *se diz um passado que pode acontecer*. Uma memória que, na organização do organismo vivo que é a casa onde está domiciliado o arquivo, é incorporada nos metabolismos dos habitantes em forma de identidade. Uma memória que, partilhando o domicílio com o *Estado*, comunga do seu governo. Isto é, comunga da habilidade do Estado em criar *uma correta disposição das coisas assumindo a função de lhes consignar um fim conveniente*⁵. Nesta comunhão, a anamnese faz-se,

⁵ A expressão é o modo como Michel Foucault (2008 [1978]) define o “governo” no seu texto sobre a governamentalidade. Nesse texto, escreve que “o governo é uma correcta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente” (*ibid.*: 283) citando *Le miroir politique, contenant diverses manieres de gouverner* escrito em 1567 pelo pensador renascentista Guillaume de La Perrière. O governo parece, então, tratar de uma prática de distribuição das coisas cuja ordem obedece a uma ideia de finalidade. Tal finalidade não se encontra apenas a jusante, porque a disposição das coisas requer a ordem desse fim conveniente. De outro modo, a condução das coisas poderia ficar comprometida. A eficácia da condução depende

então, com a *habilidade do Estado* para o jogo de derivações que tal ordem e fim conveniente permitem fazer. Um jogo onde as ligações entre a memória, o passado, a história, o património e a identidade se tecem em múltiplas configurações (em múltiplas derivações), apresentado, por conseguinte, múltiplos modos de serem *engendrados*: produzem-se memórias para patrimónios; fazem-se histórias e passados de identidades a construir; delimitam-se documentos e monumentos cuja experiência faz do passado a memória programada para um projeto; narram-se passados que circunscrevem o presente (GUILLAUME 2003 [1980]); joga-se, enfim, entre *a ordem e a lei do que pode ser dito, do que pode ser vivido e do que pode acontecer*.

Nas leis e nas ordens consignadas no arquivo, a arqueologia parece constituir-se nas hermenêuticas dos arcontes *ai* domiciliados, isto é, o conhecimento arqueológico parece construir-se entre as possibilidades de *interpretação* dos documentos que *ai* afluem. E, por conseguinte, na autoridade que advém dessa *prática de interpretação*. No mesmo sentido, os arqueólogos *fazem-se* exercendo esse cargo de guardião dos documentos com que se faz o jogo da anamnese. Os arqueólogos emergem cuidando *da segurança física do depósito e do suporte e do poder de interpretar os documentos* que possibilitam a anamnese. Um cuidado com o depósito, o suporte e a interpretação que “diferencia os discursos na sua existência múltipla e os especifica na sua duração própria” (Foucault *ibid.*: 175). Os arqueólogos e a arqueologia constituem-se na diferenciação/especificação dos discursos que o sistema do funcionamento do arquivo produz. Uma diferenciação/especificação que permite um discurso sobre a ancestralidade das coisas. Uma ancestralidade que abre as coisas à sua integração em discursos sobre a memória, o passado, a história, o património e a identidade. Uma ancestralidade que condiciona o que *pode ser dito*, o que *pode ser vivido* e o *pode acontecer*. A arqueologia, enquanto prática de arquivo, pode, então, participar na alteração do horizonte de sentido; na alteração dos limites e possibilidades de relação com o Acontencimento.

da sua capacidade de domesticar o devir, transformando-o num processo de derivação controlado entre a ordem e a finalidade.

Acontecimento e Compreensão

J. Derrida (2001 [1995]) fala-nos de *um mal de arquivo* que podemos compreender enquanto decorrente de uma configuração entre uma vontade de memória e um projeto de produção de história global⁶. Este projeto de história global, prometendo tudo recuperar, tornou-se na ordem hegemónica da procura das leis que revelam a verdade do passado. Em nome dessa verdade, as técnicas da memória adaptaram os seus procedimentos para garantirem o sucesso do projeto, desligando-se, deste modo, dos desafios da memória a favor dos objetivos da ciência histórica. As condições do arquivo, para tornarem o projeto de história global possível, desenvolveram uma apetência essencialista; inventaram-se categorias que, sendo da ordem do arquivo, definem o que existe no mundo. Definem a ordem do mundo. A história global exige que qualquer emergência seja sujeita ao arquivamento; isto é, à violência da ordem do arquivo que, assim, define a sua existência (e a sua história). Há qualquer coisa de cadaverização da vida neste projeto; tudo é possível de ser reduzido a um fóssil arquivado. A obsessão do arquivo é a obsessão da ordem que mortifica a existência. O *mal de arquivo* congela as possibilidades de arquivo, isto é, *a perturbação do arquivo* não permite o devir da ordem nem da lei, manobrando a força da contingência e do aleatório de modo a perpetuar uma única ordem e uma única lei; torna-se um arquivo da norma. Neste contexto, a vontade de memória confunde-se na direção da história; dilui-se enquanto possibilidade de gerar outra ordem que não seja a do *governo* do “Estado Patriárquico” (*ibid.*: 8). Um “Estado Patriárquico” que, durante a Idade Moderna e Contemporânea, tomou a forma de um Estado-Nação (*e.g.*

⁶ Acerca deste mal de arquivo, J. Derrida escreve o seguinte: “A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (en mal d’archive). Escutando o idioma francês e nele, o atributo “en mal de”, estar com mal de arquivo, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome “mal” poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiva. É dirigir-se a ele com desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprimível de retorno à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal-de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está com mal de arquivo” (*ibid.*: 118-119).

ANDERSON 2005 [1985]; PIERSON 2004 [1996]). O projeto antropológico de tal unidade política (ANDERSON *ibidem*) apresenta um ímpeto normativo e controlador, colocando em prática uma *ínfima e infinita biopolítica* na qual se fabrica os cidadãos *dóceis* aos seus projetos (e.g. FOUCAULT 1994 [1976]; 1999 [1975]). Para forjar esses corpos dóceis, um dos focos da biopolítica foi o adestramento da memória na disciplina da narrativa histórica que legitima e naturaliza o Estado Nação (e.g. ANDERSON *ibidem*; FOUCAULT *ibidem*; GOMES 2011: 135-164). Nesta dinâmica, o controle da vontade de memória, converte a força da memória num recurso útil ao desejo do Estado-Nação.

Uma arqueologia que se conceba enquanto ofício de materialização no diálogo com outros ofícios (LUCAS 2012; SHANKS e MCGUIRE 1996) talvez faça emergir uma vontade de memória cuja força consiga mudar as condições de arquivo do “Estado patriárquico”. Talvez consiga trabalhar numa *memória por vir* que afronta a violência da ordem estabelecida pela história global e pelo seu essencialismo. Uma “memória por vir” que deseje o Passado, não para se lançar na sua recuperação global, mas para tornar incandescente a incompletude do Presente e procurar a força criativa que aí se forma. Dar ênfase a esta incompletude é uma atitude crítica que pode refazer o modo como fazemos arqueologia. Assim, uma arqueologia que se faça na vontade de memória, talvez se constitua numa abertura à compreensão da irreduzibilidade das coisas e da sua potência transformadora.

O projeto que subjaz à montagem da história global parece ser um exercício de redução do Passado a um conjunto de factos circunscritos a unidades espacio-temporais articuladas em função de uma finalidade. Nessa sequência, a interpretação revela a eficácia das constelações de causa-efeito, explicando a finalidade de cada existência. Assim, nada parece ser “novo”, tudo parece ser fundamentalmente derivação; processo e processo até chegar ao fim do projeto. Esta modalidade de criação da história é pensada por Hannah Arendt (2001 [1954]) do seguinte modo:

“então, na realidade, o historiador assume a atitude do «profeta virado para o passado» (F. VON SCHEGEL, *Athenaeum*, Frag. 80), e tudo o que distingue a sua competência dos dons da profecia parece não ser mais que as deploráveis limitações físicas do cérebro humano, que infelizmente não pode conter e combinar adequadamente todas as causas que intervêm simultaneamente. A causalidade, todavia, é uma categoria estranha e deturpada no que se

refere ao domínio das ciências históricas. Não só a significação real de todo o acontecimento excede sempre qualquer número de «causas» passadas que lhe possamos atribuir (...), mas é o próprio passado que só chega à existência através do acontecimento em causa. Só quando qualquer coisa de irreversível já aconteceu, podemos tentar delinear retrospectivamente a sua história. É o acontecimento que esclarece o seu próprio passado, e não pode nunca ser deduzido dele” (*ibid.*: 246).

Como alternativa ao modelo da causalidade, H. Arendt, fala-nos da compreensão como modo de conhecimento. Esta compreensão assenta num exercício ético que, mais do que uma explicação, procura a topografia de onde emerge o sentido das explicações:

“[A] compreensão, na medida em que se distingue da informação adequada e do conhecimento científico, é um processo complexo que nunca chega a resultados unívocos. É uma actividade incessante, que muda e varia a todo o momento, mas através da qual podemos reconhecer a realidade e reconciliarmo-nos com ela, ou seja, tentar sentirmo-nos no mundo como nosso lugar” (ARENDDT 2001 [1954]: 230-231).

A compreensão não é um regresso à métrica das coisas onde a explicação apruma o mundo para o momento seguinte. A ser um regresso, seria o regresso ao sentido que resiste para além da violência da ordem da causalidade. Um regresso que, como escreve Eugénia Vilela, é uma resistência

“é resistir a toda a ideia de finalidade. (...) A resistência é, então, a acção de uma força de *vida-contra-morte* que desalinha as significações estabelecidas, e, no movimento que a constitui, rompe com a ordenação categorial de um fundamento para a existência, afirmando o *devir* como respiração criadora de *vida*. A resistência é, neste sentido, acontecimento” (VILELA 2010: 292).

O Acontecimento rasga, então, a fossilização da história e, consequentemente, abre possibilidades para além das ramificações da causalidade. Permite qualquer coisa de novo. E, nessa novidade, a história não se faz para posicionar esse rasgo, porque esse rasgo é irredutível à cronologia. A “operação historiográfica” (CERTEAU 1982 [1975]) faz-se como exercício de compreensão. Uma compreensão dos lugares, das

práticas e da escrita com que se faz a operação historiográfica (*ibidem*). Trabalha-se no sentido de apreender as condições de Acontecimento e, nessa apreensão, procurar os modos de desalinhar as práticas discursivas e as suas políticas. Trabalha-se, enfim, para *fazer emergir o Acontecimento*. “Os acontecimentos emergem num espaço-tempo horizontal onde todas as raízes se entrelaçam numa trama frágil e intensa. Aí, o devir irrompe sem destino antecipado” (Vilela *ibidem*), sem cronometria. Irrompe repleto de Tempo, de possibilidades de sentido e de vida.

Neste trabalho de procura das condições de Acontecimento, é necessário cartografar o Presente enquanto um horizonte gerido por ficções que criamos para dar sentido à experiência:

“As ficções criam discursos e práticas políticas que constituem a trama de uma relação labiríntica com a realidade. Traçadas por regimes de ficção que definem o real através de narrativas históricas hegemónicas do poder e da verdade, nessas cartografias discursivas e políticas, o sentido configura-se como uma natureza exposta numa superfície de evidência. O real é, então, desenhado por uma série de ficções assumidas por um povo, uma cultura, um poder, um indivíduo, como a materialização da verdade. As ficções formam um modelo de verdade. Desde o interior de uma ordem do discurso, a verdade de um nome para a história é tensionado entre uma verdade que, ao constituir-se como história de uma ficção dominante se figura como verdade-ficção, e uma ficção que, ao afirmar-se para além da verdade ou do erro, não se configura como falsidade. (...) O reconhecimento da produção de ficções pelo pensamento pode levar ao fim das grandes narrativas da história como princípios de legitimação universais da ação e do pensamento. A história não é a narrativa de uma encenação rígida do sentido – moral, política, social e culturalmente definido – mas o espaço-tempo de sentidos em convulsão” (VILELA 2011: 14-15).

O *espaço-tempo de sentidos em convulsão* é uma experiência do Presente feita enquanto compreensão. É neste exercício de compreensão que a arqueologia se pode transformar num meio de abrir as condições de Acontecimento. Não é uma técnica de representação da história; uma técnica que “desvela” o esquecido e, na sua associação com a conservação e o restauro, “vela” pela preservação do que se achava perdido. A arqueologia pode ser uma prática de compreensão e, nessa condição, pode constituir-se num ofício em que se trabalha com teste-

munhos materiais com os quais se questiona a nossa condição temporal e o devir que a acompanha.

O Registo Arqueológico enquanto suporte de abertura das condições de Acontecimento

John Barrett (1997) dirige uma crítica a um modelo de “arqueologia da representação” que, em múltiplos aspetos, reproduz a Ordem e a Lei do “Estado patriárquico”⁷. Neste modelo, as evidências materiais de carácter arqueológico são resíduos do passado, são resíduos que se formam em processos que os arqueólogos devem explicar. A prática arqueológica seria, assim, um exercício de ligação de uma causa (o passado) a delimitações materiais que a escavação coloca em cena no presente (*ibid.*: 81). A arqueologia corresponderia ao estabelecimento de processos numa lógica de causalidade. Isto é, a lógica da prática arqueológica seria fazer *uma correta disposição* de evidências e, posteriormente, testar (ou calcular) as ligações que estabelecem um processo onde se explica o Passado. Tal modelo de arqueologia baseia a sua autoridade numa determinada ideia de *leitura objetiva* contestada por J. Barrett (*ibidem*). Com efeito, o autor considera que qualquer leitura implica sempre as condições em que se encontra o leitor, sendo que a alteração dessas condições altera a leitura que se possa fazer do Passado. Neste sentido, o desafio do conhecimento arqueológico é também a compreensão das condições em que se processam essas leituras.

O modelo de “arqueologia da representação” parece ser de um jogo em que se medem presenças e estimam ausências para ligar as evidências a processos cronológicos. Ou seja, ligando de acordo com uma *ordem* onde se forja a própria possibilidade do saber arqueológico. A artefactualidade das coisas parece, então, construída de acordo com a sucessão de instantes cujo sentido se faz no processo que a interpreta. Um sentido continuamente reificado por políticas de identidade que, catalisando a prática arqueológica, fazem dos artefactos um índice de métricas a partir do qual se narra a utilização das coisas na ordem cro-

⁷ A este propósito, inspirando-se no trabalho de Zygmunt Bauman, reconhece que o processo arqueológico reproduz um modelo administrativo de sociedade. Reproduz tanto ao nível da sua *praxis* como da narrativa que cria para o Passado (BARRETT *ibid.*: 80-81).

nológica. Nesta prática surge uma modalidade de narração e a figura de um narrador. Uma narração da globalidade a que chamamos “Patrimônio”. Um narrador sem lugar a que chamamos “Lei”. Entre esta narração e este narrador, a herança é a narrativa possível. Porque a herança é uma estratégia de interpretação do Outro numa história que o sedimenta, que coloca esse Outro nos trâmites da legalidade e da biografia identitária. O Passado torna-se um lugar para encontrar continuidades e descontinuidades relativamente ao Presente. Na edificação destes modelos, domestica-se o Passado e, talvez mais importante, controla-se a incompletude do Presente e a sua potência para explorar as possibilidades de Futuro. A “arqueologia da representação” é, então, uma arqueologia normativa, que reproduz a norma da biopolítica do Estado-Nação.

Entre as críticas que se dirigem a este modo de fazer arqueologia, vejamos o que nos diz Lesley McFadyen a propósito da sua experiência de desenhar numa escavação arqueológica:

“é importante pensar sobre o modo como o conhecimento se dá a conhecer. Na escavação, sabíamos que estávamos a improvisar traços à medida que desenhávamos, sabíamos que estávamos a aprender através do desenho, mas não sabíamos para que serviam todas essas linhas. Sabíamos que os desenhos tinham outra potência, e estávamos cientes de que o arquivo dos desenhos não era uma simples compilação de exercícios de registo; era algo para o futuro, tanto como era algo do passado. Deste modo, é necessária uma discussão que, ao invés de considerar o que os arqueólogos aprendem enquanto desenhavam, considere o conhecimento que se deu a conhecer após os desenhos estarem feitos: isto é, o redesenho. Este deslocamento aviva as possibilidades em curso nos desenhos arqueológicos, e é onde o conhecimento multiplica as suas conexões interdisciplinares. É nesta injunção que a criatividade do trabalho de outras disciplinas chega para o jogo” (2011: 42; tradução).

O desenho, ou redesenho, não é uma técnica de representação. É uma técnica de (re)materialização (LUCAS 2012) que se faz entre as solicitações do sítio arqueológico e de um projeto da sua cópia. Neste sentido, o registo é um ato de compreensão em que se forjam as condições para que o desenho possa fazer parte do arquivo e se torne um objeto de estudo. O desenho, ou o redesenho, trata-se de uma injunção onde se desafiam as fronteiras do conhecimento para um jogo onde se procura

o sentido para além das suas delimitações⁸. Um jogo de sobreposição de performances que, pelo redesenho, vai avivando os limiares onde se revelam possibilidades de sentido. É um jogo de compreensão. Um jogo de compreensão em que a objetividade do conhecimento se afere num exercício epistemológico enquadrado num pensamento ético. Uma objetividade que não é uma imposição disciplinar, nem uma aferição de natureza epistemológica (LUCAS *ibid.*: 250), mas um desafio aos arqueólogos enquanto Sujeitos de conhecimento, que faz da arqueologia um pensamento sobre a alteridade. Um pensamento onde, da infundável compreensão, surge um modo de fazer da arqueologia uma “arte da existência”, “arte da resistência”, “arte de viver” ... uma “arte da ligação”. “Trata-se de privilegiar a mínima oportunidade para alcançar ligações humanas: belas, livres e justas, o que, em última instância, é um assunto político” (MIRANDA 2002: 156).

Talvez neste redesenho encontremos um modo de registar que nos permita afrontar a hegemonia da causalidade de que nos fala J. Barrett (1997); que nos permita resistir à sua biopolítica. É um trabalho de desmitificação de ficções edificantes (VILELA 2011). Das ficções em que a arqueologia se constituiu como saber disciplinar científico (THOMAS 2004). Uma desmistificação que desmonta as fronteiras fictícias entre o conhecimento (e a sua objetividade) e a arte (e a sua subjetividade) que vimos anteriormente com M. Shanks e R. H. McGuire (1996). Tal trabalho de desmitificação é necessário porque, como nos adverte Roland Barthes (2012 [1957]: 54), não nos podemos prestar à

“crença tradicional [ou ficção] que postula por natureza um divórcio entre a objectividade do sábio e a subjectividade do escritor, como se um fosse dotado de uma «liberdade» e o outro de uma «vocação», ambas próprias a escamotear ou a sublimar os limites reais da sua situação”.

⁸ A propósito do registo gráfico enquanto re-desenho, é de referir o trabalho de Joana Alves Ferreira (2013) acerca do registo fotográfico. Partindo da experiência do suporte polaroid, e do facto de se tratar de um suporte onde a revelação inerente ao processo fotográfico ser um contínuo, a autora vai tecendo um paralelismo com as outras evidências que constituem o arquivo, nomeadamente as re-materializações decorrentes do processo de escavação. Neste sentido, tal como os artefactos e as estruturas, por exemplo, não param de *se* revelar nos diferentes processos de re-materialização, o registo polaroid não pára a sua revelação... até se tornar um resíduo de evidência/registo, que é necessário re-materializar através da digitalização e re-impressão.

Compreendendo as condições desse divórcio, R. Barthes reclama “o direito de viver plenamente a contradição do [s]eu próprio tempo, que pode fazer dum sarcasmo a condição de verdade” (*ibidem*). É um trabalho de reencontrar o sentido da objetividade que queremos para a arqueologia, compreender a sua verdade e aí refazer as possibilidades de sentido dos nossos processos de materialização⁹.

Enquanto crítica e desmistificação, o redesenho é um jogo de leitura e escrita; é uma prática onde se jogam os limites e as possibilidades de (d)escrever. Entre o que está escrito há a potência de uma leitura a fazer; há a vontade de memória. “Ler o que não foi escrito” (BARRENTO 2005) aviva os limites dos registos com que se faz a escrita, com que se faz a leitura. A “vontade de memória” mostra a irredutibilidade das coisas escritas. Face a esta irredutibilidade, a memória faz do procedimento técnico a abertura das possibilidades de compreensão daqueles que nos antecederam na relação com o que foi escrito. Nesta medida, fazer memória parece ser o gesto de uma (des)ordem das coisas; a (des)ordem que faz presente o que tínhamos como passado. Neste fazer presente, que é um trabalho de reativação, a memória desalinha o escrito face às condições que o perfizeram; potenciando a antecedência enquanto uma possibilidade de futuro. Neste movimento, o passado mostra que “está aí”; é importante. No movimento técnico do seu estudo (CERTEAU *ibidem*), pode jogar-se com as vontades e as antecedências que constituem o mundo. Afinal, a “vontade de memória” – que nos faz ver o passado – na sua relação com o mundo, parece falar-nos de uma “memória por vir”; uma memória que ainda não temos. Se assim pensarmos, a memória é uma condição do devir, sendo a sua vontade a alertar-nos que, no confronto entre o devir e a cristalização, há a ameaça da errância. Há a ameaça de uma suspensão que mutila o sentido. Esta “memória por vir” interpela o sentido sedentário do escrito e a errância do que não foi lido. A “memória por vir” é um desejo repleto de necessidade e beleza. Com esta necessidade e beleza, o desejo finta a finalidade que a biopolítica do “Estado patriárquico” lhe quer conferir. Faz das técnicas de memória uma forma de arte contra o

⁹ No trabalho de abrir as possibilidades de sentido da prática de materialização, o ofício da arqueologia pode ser entendido, como nos propõe Ana Margarida Vale (2015), enquanto prática genealógica, em que a tradução é um exercício hermenêutico que trata as evidências como paradigmas onde se ensaia um conhecimento acerca da sua temporalidade.

governo. E faz dessas técnicas, entre as quais a arqueologia, um ofício onde se trabalha à procura das oportunidades para abrir as condições de Acontecimento.

Todo o registo em arqueologia funciona por indexações. O processo de (des)articulação que anima uma intervenção arqueológica (LUCAS 2012) permite a criação e sistematização de detalhes a partir dos quais se vai fazendo combinações: entre um vaso e uma unidade estratigráfica, entre uma lareira e uma concentração de ossos de animais, entre um muro e outro muro... combinações que se cruzam e fazem uma rede onde se encontra uma inteligibilidade de uma coisa que antes era apenas *terra*. O trabalho sobre a terra faz com que esta se transforme em depósitos, descritos em função de um detalhado índice descritivo. Depósitos que, por sua vez, servem de unidade à qual podem ser referenciados os achados. Esses achados, para além da sua topografia estratigráfica que lhe atesta um ponto no espaço e no tempo, são também detalhadamente descritos em função de outros inquéritos. Cortando a terra cria-se, pois, um espaço-tempo que se reserva para o Passado. Neste trabalho de indexação cria-se o espaço onde se vê a ausência do Passado. Perante esta ausência, as indexações funcionam como modo de ligação que constrói o discurso sobre esse Passado.

Neste jogo de indexações, as materializações que se produzem remetem simultaneamente para uma presença e para uma ausência: a presença de um Passado ausente. Porém, no modo como nos relacionamos com tal ausência podemos compreender o que *aí* existe de Futuro. A propósito da operação histórica, Michel de Certeau (1987 [1974]: 50) escreve o seguinte:

A operação histórica consiste em recortar o dado segundo uma lei presente, que se distingue do seu «outro» (passado) em se distanciar em relação a uma situação adquirida e em marcar assim, por um discurso, a mudança efectiva que essa distanciação permitiu. Tem ela um duplo efeito. Por um lado, historiciza o actual. Propriamente falando, ela presentifica uma situação vivida. Obriga a explicitar a relação entre a razão reinante e um lugar próprio que, por oposição a um «passado», se torna presente (...). Mas, por outro lado, a figura do passado conserva o seu valor primeiro de representar o que está em falta. Com um material que, para ser objectivo, está necessariamente ali, mas conotativo com um passado, na medida em que, primeiro, remete para uma ausência, introduz também a falha de um futuro. Também a história é sempre ambi-

valente: o lugar que atribui ao passado é, igualmente, uma maneira de dar lugar a um futuro”

A intervenção arqueológica pode ser entendida como a materialização de uma ausência que se atribui ao Passado e dá lugar ao Futuro. Escavar é, então, um modo de ligação; é um modo de forjar ligações. Forjar uma escrita e uma leitura. Escavar é procurar as possibilidades de ligação das coisas, tornando-as “incandescentes”. Por “incandescência”, entendemos as possibilidades do jogo das práticas de ativação de relações que nos permite conferir sentido aos materiais com que nos deparamos numa escavação. A incandescência forja-se entre as solicitações que o ofício da arqueologia faz ativar. Tais práticas de ativação, conferindo sentido aos materiais, possibilitam a sua inserção na arena das forças com as quais construímos a memória. Nesta arena, a força do discurso histórico posiciona esses materiais em narrativas de causalidade que, mediadas pelas convenções que gerem os regimes de verdade, organizam as possibilidades da memória; organizam pela gestão da permissão e interdição de ativações. Na organização da memória, o jogo das práticas de ativação de relações parece usar a incandescência dos materiais no sentido de delimitar essas possibilidades. Parece ser de uma organização que reduz a incandescência – uma infinita possibilidade de ligações – a um único modo de ligação: a causalidade. Um monolítico modo de ativar que, na sua exclusividade, torna indiscutível a validade deste modo de ligação. A organização da memória de acordo com este modo de ligação endurece, então, as possibilidades de olhar a incandescência. Neste sentido, procurar olhar a incandescência dos materiais é uma tentativa de trazer à frente esse jogo de ativações com o qual construímos sentidos. Procurar a incandescência é uma prática de compreensão, onde nos fazemos críticos do conhecimento que produzimos. Onde nos fazemos críticos dos elementos que lançamos para a arena da memória. Ou, como escreve Paul Ricoeur:

“De fato, há um privilégio que não pode ser recusado à história, não apenas o de estender a memória coletiva além de toda a lembrança efetiva, mas o de corrigir, criticar, e até mesmo desmentir a memória de uma comunidade determinada, quando ela se retrai e se fecha sobre os seus sofrimentos próprios a ponto de se tornar cega e surda aos sofrimentos das outras comunidades. É no caminho da crítica histórica que a memória encontra o sentido com a justiça” (RICOEUR 2010 [2000]: 507)

A incandescência dos materiais – a procura das inúmeras possibilidades das suas ligações – é um caminho da crítica histórica de que nos fala P. Ricoeur. É um caminho que situa o jogo com o qual produzimos elementos para a renovação da memória das comunidades; é um caminho que abre as possibilidades de materializar a memória das comunidades (LUCAS 2012). É o jogo onde o redesenho de que nos fala L. McFadyen (2012) é um modo crítico de nos relacionarmos com as nossas práticas enquanto arqueólogos. É um jogo que situa a prática arqueológica para lhe colocar desafios enquanto ofício (SHANKS e MCGUIRE 1996). Com efeito, situando o jogo onde fazemos arqueologia, talvez encontremos novos modos de pensar e alargar esse mesmo jogo. No refazer do jogo, talvez encontremos novos modos de nos relacionarmos com a necessidade de memória. E, talvez, encontremos outros modos de pensar a prática arqueológica na sua relação com a justiça. A incandescência dos materiais talvez seja um modo de combater a cristalização das vontades que organizam o arquivo, reconvertendo os seus registos numa força de justiça onde são lançadas as condições para a transformação da memória e, por conseguinte, é jogado a abertura às possibilidades do Acontecimento.

A materialização e a ausência

O ofício da arqueologia (SHANKS e MCGUIRE 1996), com as suas práticas de materialização (LUCAS 2001, 2012), pode lançar desafios ao arquivo; pode abrir fendas na sua ordem e nas suas leis (DERRIDA 2001 [1995]; FOUCAULT 2005 [1969]). Os arqueólogos, enquanto arcontes, podem ser figuras de resistência à ordem do governo, dando a conhecer que a incompletude das evidências que (re)materializam é um “espaço-tempo de sentidos em convulsão” (VILELA 2011: 14-15), nas quais se pode procurar a incandescência dos materiais. Nesta condição, a arqueologia é uma *prática de cuidado para com a pátinas* dos processos de materialização. É uma prática de compreensão, onde o registo como um redesenho (MCFADYEN 2011; ALVES-FERREIRA 2013) é uma técnica de ligação que, mais do que posicionar as coisas na história, procura o peso da experiência dessas coisas (BARRETT 1997; VALE 2015; THOMAS 2004). O peso da experiência das coisas no Passado e o peso da experiência dessas coisas no Presente. Nesta procura do peso da experiência, o processo de materialização é um exercício de compreensão que aviva

a dimensão ética da prática arqueológica; que aviva a arqueologia enquanto possibilidade de participar na alteração das condições em que vivemos. Tal alteração é possível porque a arqueologia pode deixar de ser uma disciplina ao serviço da ordem do Estado patriárquico, desafiando a sua ordem e as suas leis pela produção de uma alteridade que abale a sua política de memória.

O ofício da arqueologia é uma força de resistência – força de Acontecimento – que permite começar:

“Sempre que se produz um acontecimento suficientemente decisivo para iluminar o seu próprio passado, a história torna-se começo. Só então o amontoado caótico dos factos passados emerge como uma história que pode ser contada, porque tem um começo e um fim. (...) O que os acontecimentos que assim iluminam revelam é um começo no passado que permanecerá até então escondido; aos olhos do historiador, o acontecimento que ilumina não pode deixar de aparecer como um fim desse começo recém-descoberto. Só quando na história futura, sucede um novo acontecimento esse «fim» se revela como um começo aos olhos do historiador aos olhos dos futuros historiadores. E o olhar do historiador não é mais que a percepção cientificamente formada da compreensão humana; só podemos *compreender* um acontecimento como um acontecimento como o fim e o culminar de tudo o que antes aconteceu, como um «chegar o tempo»; é só na acção que avançaremos, como numa evidência, do novo conjunto de circunstâncias criado pelo acontecimento, transformando-o num começo” (ARENDRT 2001 [1954]: 246-247).

É um começo em forma de uma ausência; de materialização de uma ausência. A ausência de um Passado que *já não está aí*, de um Presente *sempre incompleto* e de um Futuro *por vir* (CERTEAU 1987 [1974]: 50). Uma ausência que não é um vazio, mas o espaço que criamos e que nos comprometemos a cuidar enquanto *arcontes*. A ausência é o espaço das possibilidades do arquivo; para lá da sua ordem e da sua lei. Na ausência procuramos completar o Presente pelo compromisso que tecemos entre o Passado e o Futuro. O registo arqueológico forma-se neste compromisso, fundando-se sua produção numa prática de arquivo (DERRIDA *ibidem*; FOUCAULT *ibidem*; LUCAS *ibidem*) em que criamos a condições para a emergência de uma alteridade.

Nota Final

A arqueologia é um ofício de produção de alteridade. Na procura das condições para aceder à diferença do Passado, a arqueologia tem a necessidade de refazer continuamente os seus procedimentos porque tal diferença é, na maioria dos casos, mais expressiva nos desajustamentos criados entre os objetos de estudo, os métodos, o conhecimento que produzimos e a vontade de saber. Neste desajustamento a arqueologia é uma arte, na medida em que se torna uma procura de formas de expressão que traduzam a diferença e a sua esquivéz. E, neste mesmo desajustamento, faz-se uma ciência, porque estabelece fórmulas de descobrir e controlar a experiência da diferença. A experiência da alteridade e do desajustamento são, assim, as experiências que permitem delinear a configuração da prática arqueológica face ao mundo em que vivemos e, neste sentido, a produção do conhecimento arqueológico pode ser um desafio ético, com qual podemos procurar compreender o mundo.

Conceber a arqueologia enquanto um desafio ético talvez nos leve a repensar a sua utilidade face às engrenagens do mundo contemporâneo e, assim, redirecionar a sua finalidade. Com efeito, enquanto produtores de bens culturais, os arqueólogos são agentes em movimento numa lógica de mercado, que se alimenta do seu pensamento cognitivo-instrumental. Enquanto descobridores de passado, os arqueólogos são agentes dirigidos por unidades estado-nacionais, que maximizam as suas capacidades prospetoras para o conhecimento e controle de territórios e populações. Enquanto fazedores de identidades, os arqueólogos são um subgrupo, definido em termos meritocráticos pelo estado-nação, a quem é exigido um conhecimento que viabilize a juridificação e gestão dos vestígios do Passado. Em todos estes casos¹⁰, os arqueólogos ficam enredados em finalidades que mutilam a plenitude da utilidade da sua prática. Dar ênfase à arqueologia enquanto ofício de alteridade é uma tentativa de resistir à mutilação das referidas finalidades. É uma tentativa de fazer da arqueologia uma arte do Outro, cuja necessidade é cada vez mais notória no mundo em que vivemos. É necessário criar

¹⁰ Na formulação destes “casos” inspiramo-nos no modo como Boaventura Sousa Santos (2002 [1992]: 70-73) equaciona a orgânica do projeto sócio-cultural da comunidade: os pilares de regulação e emancipação; os princípios de Estado, Mercado e Comunidade; e as lógicas das racionalidades moral-prática, cognitivo-instrumental e estético-expressiva.

uma ciência que nos ensine a criar uma ligação com os Outros que vão proliferando em diferentes cenários (na geopolítica, nomeadamente) e em diferentes suportes (no mundo digital, por exemplo). É face a esta proliferação dos Outros que é necessário conceber o registo arqueológico como prática de compreensão e material de acontecimento, porque *aí* o estudo do Passado torna-se um campo de treino mais eficaz para cartografar o Presente e para preparar os encontros por vir.

AGRADECIMENTOS

A Susana Soares Lopes, Ana Vale, Andreia Arezes, Joana Alves Ferreira e Andrew May pelas sugestões que me foram fazendo durante a realização deste trabalho. A dois revisores anónimos, cuja leitura e sugestões críticas contribuíram para o enriquecimento do texto. À diretora da revista Conimbriga, a Doutora Raquel Vilaça, pela abertura à receção deste artigo e por ter criado as condições para a sua publicação. A investigação foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a bolsa de pós-doutoramento SFRH/BPD/100203/2014 - financiada por fundos nacionais do MCTES, POCH e FCE.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de 1993/94. Ainda sobre sobre a conciliação das Arqueologias, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 11/12: 211-221.
- ALARCÃO, Jorge de 1996. *Para Uma Conciliação das Arqueologias*, Porto, Afrontamento.
- ALARCÃO, J. e JORGE, V. O. 1997 (coord). *Pensar a Arqueologia, Hoje*, Porto: SPAE.
- ALVES FERREIRA, Joana 2013. Instantes da Espera: a Polaroid enquanto experiência da expectativa, *Al-Madan Online*. II Série. 18. Tomo 1 (Julho): 11-17.
- ANDERSON, B. 2005 [1983]. *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- ARENDT, Hannah 2001 [1954]. *Compreensão e Político e Outros Ensaios*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- BARRENTO, João 2005. *Ler o que não foi escrito. Conversa inacabada entre Walter Benjamin e Paul Celan*, Lisboa: Livros Cotovia.
- BARRETT, John 1988. *Fields of discourse. Reconstituting a Social Archaeology. Critique of Anthropology*, 7(3): 5-16.
- BARRETT, John 1997. Defining Domestic Space. In Parker Pierson, M. e Richard, C. (ed) *Architecture And Order*, London/New York: Routledge: 79-88.
- BARRETT, John 2006. *Archaeology as the Investigations of the Contexts of Humanity*.

- In Papaconstantinou, D. (ed.) *A Critical Approach to Archaeological Practice*, Oxford: Oxbow Books: 194-211.
- BARTHES, Roland 2012 [1957]. *Mitologias*, Lisboa: Edições 70.
- CERTEAU, Michel de 1982 [1975]. *A Escrita da História*, Rio de Janeiro: Editora Fofense-Universitária.
- CRiado BOADO, Felipe 1993. Visibilidade Interpretacion del registro arqueológico, *Trabajos de Prehistoria* volume 50: 39-56.
- CRiado BOADO, Felipe 1995. The visibility of the archaeological record and the interpretation of social reality. In Hodder, I., Shanks, M., Alexandri, A., Buchli, V., Carman, J., Last, J. Lucas, G. (ed.) *Interpreting arcaheology. Finding meaning in the past*, London: Routledge194-204.
- DELEUZE, Gilles 2005 [1986]. *Foucault*, Lisboa: Edições 70.
- DERRIDA, Jacques 2001 [1995]. *Mal de Arquivo. Uma Impressão Freudiana*, Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- FOUCAULT, M. 1994 [1976]. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*, Lisboa: Relógio D'Água.
- FOUCAULT, Michel 1999 [1975]. *Vigiar e Punir. O Nascimento da Prisão*, Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- FOUCAULT, Michel 2005 [1969]. *A Arqueologia do Saber*, Coimbra: Almedina.
- GOMES, Sérgio Alexandre R. 2011. *O Passado, a Identidade e as Teias do Governo. Estudos sobre os entrelaçamentos das Práticas de Produção do Conhecimento Arqueológico e de Construção da Identidade Nacional Salazarista, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da universidade do Porto*, Porto: FLUP.
- GUILLAUME, J. 2003 [1980]. *A Política do Património*. Porto: Campo de Letras.
- HEIDEGGER, M.2006 [1926]. *Ser e Tempo*, Editora Vozes: Rio de Janeiro.
- JORGE, Susana Oliveira 1994. Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular, *Revista da Faculdade de Letras*, 2a série, vol. XI, Porto: 447-546.
- JORGE, Susana Oliveira 1995. Introdução. In Jorge, S.O. (coordenação), *Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*, Lisboa: IPM: 16-20.
- JORGE, Susana Oliveira 1998a. Contextos e Objectivos do Colóquio. In Jorge, S.O. (coordenação), *Existe uma Idade do Bronze Atlântica*, Lisboa: IPA: 9-10.
- JORGE, Susana Oliveira 1998b. A lição de um colóquio. In Jorge, S.O. (coordenação), *Existe uma Idade do Bronze Atlântica*, Lisboa: IPA: 283-285.
- JORGE, Susana Oliveira 2001. Castelo Velho de Freixo de Numão: um recinto monumental pré-histórico do Norte de Portugal, *Património - Estudos*, 3: 145-164.
- JORGE, Vítor Oliveira 2000. Fecundidade de um perspectiva pragmatista “inquietante (no sentido de Boaventura Sousa santos) em Arqueologia. In Jorge, V.O. (coord.) *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular Volume 1: Arqueologia Peninsular – História, Teoria e Prática*, Porto: ADECAP: 143-154.
- JORGE, Vítor Oliveira 2003. *A irrequietude das pedras. Reflexões e experiências de um arqueólogo*, Porto: Edições Afrontamento.

- LUCAS, Gavin 2001. *Critical Approaches to fieldwork. Contemporary and historical archaeological practice*, London/New York: Routledge.
- LUCAS, Gavin 2012. *Understanding the archaeological record*, New York: Cambridge University Press.
- INGOLD, Tim 2002 [2000]. *The Perception of the Environment. Essays on livelihood, dwelling and skill*, London e New York: Routledge.
- McFADYEN, Lesley 2011. “Practice drawing writing object” in *Redrawing Anthropology: Materials, Movements, Lines* editado por Tim Ingold, London: Ashgate Publishing Limited: 33-44.
- MIRANDA, José A. Bragança 2001. *Teoria da Cultura*, Lisboa: Edições Século XXI.
- PATRICK, Linda 1985. Is there an archaeological record?, *Advances in Archaeological Method and Theory*, 8: 27-62.
- PIERSON, C. 2004 [1996]. *The Modern State*, Second Edition, Oxon/New York: Routledge.
- RICOEUR, Paul 2010 [2000]. *A Memória, a História, o Esquecimento*, Campinas: Editora da Unicamp.
- SANTOS, Boaventura Sousa 2001 [1987]. *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2002 [1994]). *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.
- SHANKS, M. e McGuire, R. 1996. The Craft of Archaeology, *American Antiquity*, 61: 75-88.
- THOMAS, Julian 2004. *Archaeology and Modernity*, London/New York: Routledge.
- THOMAS, Julian 2015. The Future of Archaeological Theory, *Antiquity*, 89: 1287-1296.
- Vale, Ana 2015. Genealogia, Tradução e Paradigma na construção da arqueologia pré-histórica, *Estudos do Quaternário*, 13, APEQ: 48-54.
- VALERA, António Carlos (2007). *Dinâmicas locais de Identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3.º Milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*, Braga: CMVA/TA.
- VILELA, Eugénia 2010. *Silêncios Tangíveis. Corpo, resistência e testemunho nos espaços contemporâneo de abandono*, Porto: Edições Afrontamento.
- VILELA, Eugénia 2011. Arquipélagos do Sentido. Deslocações entre discurso, sentido e história. In. Vilela, E. *Arquipélagos do Sentido. Estética(s) e Arte(s)*, Porto: Afrontamento: 9-21.